

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS COLINAS-MA
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

ADRYELLE DE OLIVEIRA SILVA

DO TEAR DA ESCRIVIVÊNCIA AS LETRAS DA RESISTÊNCIA: A memória como
fio condutor de representação e valorização da experiência feminina em *Olhos D'água*, de
Conceição Evaristo

COLINAS-MA

2025

ADRYELLE DE OLIVEIRA SILVA

**DO TEAR DA ESCRIVIVÊNCIA AS LETRAS DA RESISTÊNCIA: A memória
como fio condutor de representação e valorização da experiência feminina em *Olhos
D'água*, de Conceição Evaristo**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de
Letras Licenciatura da Universidade Estadual
do Maranhão, Campus Colinas Maranhão,
como requisito para obtenção do grau de
Licenciado em Letras com habilitação em
Língua Portuguesa e Literatura de Língua
Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Abílio Neiva Monteiro

COLINAS-MA

2025

Silva, Adryelle de Oliveira.

Do TEAR da escrevivência as Letras da resistência: a memória como fio condutor de representação e valorização da experiência feminina em Olhos D'água, de Conceição Evaristo / Adryelle de Oliveira Silva. - Colinas - MA, 2025.

40 f.

Monografia (Graduação em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Colinas, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Abílio Neiva Monteiro.

1. Escrevivência. 2. Memória. 3. Subjetividade. 4. Mulher negra. 5. Ancestralidade. I. Título.

CDU: 159.953-055.2

Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445

ADRYELLE DE OLIVEIRA SILVA

**DO TEAR DA ESCRIVIVÊNCIA AS LETRAS DA RESISTÊNCIA: A memória
como fio condutor de representação e valorização da experiência feminina em *Olhos
D'água*, de Conceição Evaristo**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de
Letras Licenciatura da Universidade Estadual
do Maranhão, Campus Colinas Maranhão,
como requisito para obtenção do grau de
Licenciado em Letras com habilitação em
Língua Portuguesa e Literatura de Língua
Portuguesa.

Aprovado em: 11 / 12 / 25

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



ABILIO NEIVA MONTEIRO

Data: 07/02/2026 10:23:01-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Abílio Neiva Monteiro (Orientador)

Documento assinado digitalmente



MARCIA DO SOCORRO DA SILVA PINHEIRO

Data: 07/02/2026 11:16:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marcia do Socorro da Silva Pinheiro (1º membro)

Documento assinado digitalmente



LAIZE OLIVEIRA SILVA

Data: 09/02/2026 19:05:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Esp. Laize Oliveira Silva (2º membro)

A Deus, que esteve à frente de cada passo, ao lado de cada decisão e por trás de cada vitória, foi ele quem me concedeu coragem para começar, sabedoria para continuar e firmeza para concluir.

Dedico este trabalho àquele que torna possível tudo o que, sozinha, eu jamais alcançaria.

AGRADECIMENTOS

Confia no Senhor de todo o teu coração e não te estribes no teu próprio entendimento. Reconhece-o em todos os teus caminhos, e Ele endireitará as tuas veredas. Provérbios 3:5-6.

Chegar a este momento enche meu coração de uma gratidão que quase não cabe em mim. Olho para tudo o que vivi até aqui, e reconheço o quanto fui abençoada nessa jornada. A conclusão deste trabalho não representa apenas uma conquista acadêmica, mas o resultado de um caminho trilhado com fé, esforço e o apoio de pessoas que caminharam ao meu lado nos dias mais leves e, principalmente, nos mais difíceis.

Acima de tudo, agradeço a Deus, meu Pai Celestial, que sempre esteve comigo. Foi ele quem iluminou meus passos quando o caminho parecia escuro, quem me sustentou quando minhas forças começaram a faltar e quem me deu serenidade para continuar. Seu amor imenso me envolveu em todos os momentos, dando-me coragem para enfrentar desafios que pareciam maiores do que eu. Cada vitória, cada aprendizado e cada superação têm a sua marca.

A minha gratidão a Ele é infinita. Sei que, sem Sua presença constante, nada disso teria sido possível. É a Ele que entrego essa conquista, com o coração cheio de reconhecimento e fé.

Aos meus pais, Tania Maria Grangeiro de Oliveira e José Maria Alves da Silva, deixo meu eterno agradecimento e todo o amor que carrego em mim. A vocês, devo tudo. Vocês são a origem da minha força, da minha coragem e da minha fé. Aprendi, através do exemplo de cada um, o valor do trabalho honesto, da dedicação diária e da dignidade com que se enfrenta a vida.

Minha mãe, com sua sabedoria, carinho e paciência infinitos, sempre foi minha luz, lembrando-me de que a perseverança abre caminhos mesmo quando tudo parece difícil. Meu pai, com sua força serena e seus conselhos firmes, foi o pilar que me sustentou nos momentos de incerteza. Cada gesto de amor, cada palavra de incentivo e cada sacrifício feito por vocês se tornou parte de quem eu sou. Minha gratidão não tem medida, e meu amor por vocês é eterno. Se hoje chego até aqui, é porque vocês estiveram comigo em todos os passos.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, deixo também minha profunda gratidão. Em cada desafio, encontrei apoio, amor e compreensão. Vocês foram meu abrigo e minha motivação para não desistir.

Ao meu orientador, Abílio Monteiro Neiva, expresso meu sincero reconhecimento. Sua orientação cuidadosa, sua paciência e seu compromisso com meu aprendizado foram essenciais para a construção deste trabalho. Sua dedicação não apenas guiou minhas escolhas acadêmicas, mas também me ensinou a enxergar a pesquisa com responsabilidade e profundidade. Sou imensamente grata pela sua generosidade intelectual e humana.

Ao meu amigo Francisco Wilgue Ferreira da Cruz, agradeço por cada palavra de incentivo, pelas conversas que aliviaram o peso dos dias difíceis e pela amizade que caminhou ao meu lado quando eu mais precisei. Sua presença fez diferença nesta jornada.

Não posso deixar de agradecer ao meu noivo, Jefferson Anzolin, cuja presença foi um dos maiores presentes desta jornada. Obrigada por cada gesto de cuidado, por cada palavra que me levantou quando o desânimo tentou me alcançar, e por acreditar em mim até nos dias em que eu mesma duvidei. Sua paciência, sua força e sua parceria tornaram os momentos difíceis mais leves e os dias bons ainda mais significativos.

Por fim, agradeço a mim mesma, Adryelle, por ter acreditado, persistido e superado cada obstáculo. Por ter encontrado forças quando elas pareciam se esgotar e por não ter desistido nos momentos em que tudo parecia difícil. Esta conquista também é fruto da minha coragem e determinação.

RESUMO

Com base nos estudos de Conceição Evaristo (2007, 2017, 2020), Paul Ricoeur (2007), Maurice Halbwachs (2006) e das teóricas da interseccionalidade Kimberlé Crenshaw (1990, 2002), Lélia Gonzalez (1988) e Djamila Ribeiro (2016), este trabalho investiga como a escrevivência se constitui como prática literária e política na obra *Olhos D'Água*. A pesquisa analisa como o conceito de escrevivência, formulado por Evaristo desde 1995, articula escrita, memória e ancestralidade como forma de resistência frente aos processos históricos de silenciamento que atravessam as mulheres negras. Fundamentado em uma metodologia bibliográfica, o estudo discute a memória como gesto ético e político Ricoeur (2007) e como construção coletiva Halbwachs (2006), relacionando-a às subjetividades femininas marcadas pela violência racial, de gênero e de classe. A análise aponta que as personagens femininas negras da obra evidenciam experiências de exclusão, dor e luta, mas também de agência e reconstrução identitária, reafirmando que a escrevivência permite transformar vivências individuais em narrativa coletiva. Os resultados indicam que Evaristo reposiciona a mulher negra como sujeito de fala, memória e resistência, contribuindo para ampliar a representação da experiência feminina afro-brasileira na literatura contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Escrevivência; memória; subjetividade, mulher negra; interseccionalidade; resistência; ancestralidade.

ABSTRACT

Based on the studies of Conceição Evaristo (2007, 2017, 2020), Paul Ricoeur (2007), Maurice Halbwachs (2006), and the intersectionality theorists Kimberlé Crenshaw (1990, 2002), Lélia Gonzalez (1988), and Djamila Ribeiro (2016), this work investigates how "escrivência" (a term coined by Evaristo) constitutes a literary and political practice in the work *Olhos D'Água*. The research analyzes how the concept of "escrivência," formulated by Evaristo since 1995, articulates writing, memory, and ancestry as a form of resistance against the historical processes of silencing that affect Black women. Grounded in a bibliographic methodology, the study discusses memory as an ethical and political gesture (Ricoeur, 2007) and as a collective construction (Halbwachs, 2006), relating it to female subjectivities marked by racial, gender, and class violence. The analysis indicates that the Black female characters in the work demonstrate experiences of exclusion, pain, and struggle, but also of agency and identity reconstruction, reaffirming that writing from lived experience allows for the transformation of individual experiences into a collective narrative. The results indicate that Evaristo repositions the Black woman as a subject of speech, memory, and resistance, contributing to broadening the representation of the Afro-Brazilian female experience in contemporary literature.

KEYWORDS: Writing experience; memory; subjectivity; Black woman; intersectionality; resistance; ancestry.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ASPECTOS SOBRE ESCRIVIVÊNCIA, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO PARA UMA LEITURA DA RESISTÊNCIA FEMININA.....	10
2.1 ESCRIVIVÊNCIA: CONCEITO E POTÊNCIA LITERÁRIA.....	11
2.2 MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE COMO RESISTÊNCIA.....	20
3 A REPRESENTAÇÃO FEMININA NEGRA NA LITERATURA	26
3.2 INTERSECCIONALIDADE.....	30
3.3 O NEGRO NA LITERATURA.....	32
4 VOZES QUE SANGRAM, RESISTEM E NARRAM: ESCRIVIVÊNCIA DE MULHERES EM OLHOS D'ÁGUA.....	36
4.1 O CORPO FEMININO NEGRO COMO TERRITÓRIO DE DOR E RESISTENCIA	37
4.2 A MEMÓRIA COMO FIO CONDUTOR DAS NARRATIVAS.....	38
4.3 A ESCRITA DO ÍNTIMO E DA COLETIVIDADE.....	40
PALAVRAS FINAIS:.....	41
REFERÊNCIAS:	42

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, no Brasil, as experiências das mulheres negras se assemelham muito mais às experiências de mulheres indígenas. E então, volto a insistir: a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexismo que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem os meus familiares e a grande maioria negra, certamente influiu e influi em minha subjetividade (Evaristo, 2009, p.18 apud Nascimento, 2023, p. 12).

A construção das identidades sociais no Brasil está profundamente marcada por processos históricos de exclusão que incidem de maneira específica sobre as mulheres negras. Desde o período colonial, suas experiências se aproximam das vivências das mulheres indígenas, pois ambas foram submetidas a sistemas de dominação que articularam raça, gênero e classe para produzir desigualdades persistentes.

Como afirma Evaristo e Nascimento (2023), o racismo e o sexismo atravessam a formação das subjetividades negras desde a infância, moldando trajetórias, expectativas e formas de existência. O legado da escravidão sustentado pela violência física, simbólica e epistêmica deixou marcas profundas na memória coletiva da população afrodescendente.

Mesmo após a abolição, a ausência de políticas reparatórias e a manutenção do racismo estrutural consolidaram desigualdades que continuam a situar mulheres negras na base da hierarquia social. Frente a esse cenário, a literatura negra contemporânea tornou-se um espaço fundamental de denúncia, reconstrução identitária e afirmação de memórias silenciadas.

É nesse horizonte que se insere a obra de Conceição Evaristo, cuja escrita emerge da articulação entre experiência, ancestralidade e memória coletiva. Desde 1995, a autora desenvolve o conceito de *escrevivência*, compreendido como uma escrita que nasce das vivências concretas das mulheres negras e que converte experiências individuais em narrativa coletiva. A *escrevivência* não se limita ao autobiográfico, mas constitui uma prática estética, política e histórica, que reinscreve sujeitos historicamente apagados nos espaços de representação.

Para fundamentar esta pesquisa, dialoga-se com Paul Ricoeur (2007), que entende a memória como gesto ético de resistência ao esquecimento imposto, e com Maurice Halbwachs (2006), que concebe a memória como construção social compartilhada pelos grupos. Esses referenciais permitem compreender que, na obra de Evaristo, lembrar não é apenas recuperar o passado, mas reconstituí-lo a partir de uma perspectiva coletiva e politicamente situada. Assim, a memória torna-se instrumento de afirmação da subjetividade e de denúncia das estruturas que historicamente silenciaram mulheres negras.

O estudo também se orienta pelos pressupostos da interseccionalidade, formulada por Kimberlé Crenshaw (1990; 2002) e aprofundada no Brasil por Lélia Gonzalez (1988) e Djamila Ribeiro (2016). Essa perspectiva evidencia que raça, gênero e classe não atuam isoladamente, mas se entrelaçam na produção de vulnerabilidades específicas. Reconhecer essa articulação é essencial para compreender as experiências das personagens de Evaristo, bem como as estratégias de resistência presentes em suas narrativas.

Diante dessas considerações, este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira o conto “Maria”, presente na coletânea Olhos D’Água (2014), mobiliza a escrevivência como instrumento de representação e valorização da experiência feminina negra. Busca-se demonstrar como memória, corpo e subjetividade são articulados para construir narrativas que denunciam violências estruturais, mas também afirmam resistência, agência e ancestralidade.

A relevância do estudo reside na ampliação das discussões sobre a representação da mulher negra na literatura brasileira contemporânea, ressaltando a escrita como prática de resistência e reivindicação de humanidade.

Este trabalho organiza-se em três seções principais: Apresenta conceitos fundamentais sobre escrevivência, memória e subjetividade. Discute a representação da mulher negra na literatura e o aporte da interseccionalidade. Analisa criticamente o conto Maria, evidenciando as estratégias de escrita que constroem resistência e reafirmam a experiência feminina negra como centro de narrativa e de memória.

2 ASPECTOS SOBRE ESCRIVIVÊNCIA, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO PARA UMA LEITURA DA RESISTÊNCIA FEMININA

A escrevivência, termo que foi utilizado pela primeira vez em 1995, por uma escritora negra, oriunda, de uma família de afrodescendentes de classe média baixa, assim como grande parte das mulheres negras no Brasil. Conceição Evaristo, refere-se a uma prática de escrita que se estrutura a partir das vivências concretas. Esse modo de escrever surge da necessidade de converter lembranças, dores, resistências e experiências cotidianas em narrativas. Rompendo assim com processos históricos de silenciamento.

Ao longo da história, mulheres de ascendência africana foram submetidas a processos de marginalização que lhes negaram autonomia, humanidade e voz. A literatura de Conceição Evaristo surge justamente como contraponto a esse apagamento, reorganizando o lugar do sujeito negro na escrita e devolvendo-lhe complexidade e centralidade. A autora apresenta a escrita como gesto de sobrevivência e resistência, revelando que suas narrativas brotam das marcas deixadas pelo regime escravocrata e pelas violências estruturais que atravessam o corpo feminino negro.

Não se trata apenas de autobiografia, mas de uma escrita na qual a experiência pessoal dialoga com a memória coletiva e individual da população negra. A sua trajetória é marcada pelas violências que sofreu e que foram impostas pelo regime escravocrata, “pelo ringir de dentes e gritos que ecoaram dos porões do navio negreiro, bem como pelos chicotes que assinaram forçada e agressivamente seus corpos” (Evaristo, 2017, p. 167).

Essas imagens evocam as vivências traumáticas da escravidão e revelam a dimensão de um caminho percorrido por mulheres afrodescendentes, associada a expressões como “história de ninar”, “incomodar”, “casa grande” e “sonos injustos”, (Evaristo, 2017). O termo escrevivência aparece em inúmeras obras da intelectual no decorrer de décadas, sendo elaborado como um conceito que incorpora as próprias ferramentas de linguagem das pessoas. Conforme a romancista mineira, as mulheres negras são atravessadas por singularidades próprias e sua inscrita no mundo parte desses atravessamentos.

Em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um ‘corpo mulher-negra em vivência’ e que por ser esse ‘o meu corpo, e não outro’, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta. As experiências dos homens negros se assemelham muitíssimo às minhas, em muitas situações estão par a par, porém há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam. Do mesmo modo, penso a nossa condição de mulheres negras em relação às mulheres brancas. Sim, há uma condição que nos une, a de gênero. Há, entretanto,

uma outra condição para ambas, o pertencimento racial, que coloca as mulheres brancas em um lugar de superioridade, às vezes, só simbolicamente, reconheço, frente às outras mulheres, não brancas. E desse lugar, muitas vezes, a mulher branca pode e pode se transformar em opressora, tanto quanto o homem branco (Evaristo, 2009, p.18 apud Nascimento, 2023, p. 12).

Ao delinear o modo como a mulher de ascendência africana são colocadas em uma condição singular dentro do contexto social, a pesquisadora contemporânea, igualmente evidencia os impactos das múltiplas formas de opressão e violência que as atravessam. Ela também ressalta a urgência de reforçar suas subjetividades e sua identidade étnico-racial, uma vez que somente uma mulher de ancestralidade africana é capaz de narrar a vivência de ocupar esse lugar.

A escrita-vivência ultrapassa a ideia de um simples termo, noção ou estratégia literária, constituindo-se, sobretudo, como um gesto de afirmação da própria existência, despertando-se intensa inquietação social, e ganhando visibilidade na mídia e tornando-se objeto de investigação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Para caracterizar uma escrita original das vivências reais, tendo em vista, uma forma de luta, como uma definição profundamente enraizada nas experiências patrimoniais. Com a intenção de contestar os estereótipos e romper com as narrativas impostas que distorcem suas histórias e identidades, destacando sua dimensão universal.

2.1 ESCRIVIVÊNCIA: CONCEITO E POTÊNCIA LITERÁRIA

Em um depoimento apresentado durante o evento “Escrivivência: a escrita de nós, reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo”, que ocorreu em 25 de julho de 2020, por meio de um encontro virtual, que reuniu pesquisadores como: Angela Daminnemann, Constância Lima Duarte, Eduardo de Assis Duarte, Fernanda Felisberto, Goya Lopes e Isabella Rosado Nunes, evidência que a visão ultrapassa a dimensão individual da escrita, articulando-se a um legado coletivo de resistência.

Ainda que a própria escritora tenha afirmado, em entrevista, que, quando o empregou pela primeira vez, não teve intenção de criar um conceito. Evaristo (2017) em resposta à pergunta feita pelo entrevistador: “Você criou o conceito de ‘escrivivência’”, que é algo muito importante no seu fazer literário. Ao afirmar que não pensava em criar um conceito, mas em unir literatura e vida e para responder à indagação da entrevistadora, a autora explica:

Quando falei da escrevivência, em momento algum estava pensando em criar um conceito. Eu venho trabalhando com esse termo desde 1995 na minha dissertação de mestrado, várias vezes fiz um jogo com o vocabulário e as ideias de escrever, viver, se ver (Evaristo, 2020 apud Fonseca, 2018, p. 59).

Essa passagem evidencia uma importante dimensão, que não se configura inicialmente como um conceito acadêmico formalizado, mas sim como uma prática que nasce da vivência e das experiências. O termo surgiu da interligação entre os atos de escrever, viver e se perceber, indicando que a escrita não é apenas um exercício literário, mas um modo de existência e autoconhecimento.

A escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocra-tas, homens, mulheres e até crianças. (Evaristo, 2020, p.30).

No passado, as mulheres negras eram escravizadas, privadas da palavra livre e da autonomia sobre seus próprios corpos, não tinham liberdade de se expressar, pois suas vozes estavam sob controle rigoroso da residência senhorial. O espaço de dominação onde a oralidade servia aos interesses dos senhores, limitando as suas expressões. Seus discursos foram silenciados, suas narrativas distorcidas ou até mesmo esquecidas.

Essa perspectiva de desconstruir e transformar a imagem do passado em que tudo era sobre dominação e controle, não é apenas simbólica, é uma forma de mostrar que essas mulheres foram muito mais do que vítimas. Sendo assim, um elo que se revela como fenômeno ao apresentar personagens humanos, carregadas de potências, fragilidades e dramas existenciais que vão além das questões raciais, culturais e sociais. Não são apenas representações de um grupo étnico, mas expressões profundas da condição humana, enfrentando dilemas, sonhos, medos e esperanças.

Ao introduzir uma prática expressiva que enaltece experiências, e recordações, desafiando as normas opressivas que estruturam a linguagem dominante, indicando que a escrita não se separa da vida, ela brota das experiências vividas, rompendo com a ideia de uma literatura “neutra”, mostrando que os sujeitos criminalizados também produzem. A ativista literária firma-se que essa escrita ancorada no vivido supera os parâmetros restritivos do que se convencionou chamar de cânone e redefine as maneiras pelas quais mulheres de ascendência africana são percebidas, escutadas e interpretadas. Nessa direção, a autora declara:

O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semialfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita? Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção de vida. (...) Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura dominante, escrever adquire um sentido de insubordinação (Evaristo, 2007, p. 20- 21apud, Nascimento, 2023, p. 13).

O questionamento da intelectual, gira em torno do motivo que faz com que mulheres que cresceram em contextos com pouco acesso à educação formal e, em muitos casos, apenas parcialmente alfabetizadas decidam ultrapassar a posição tradicionalmente atribuída a elas, que seria apenas a de leitoras, e passem a assumir a escrita como instrumento de expressão. Para a autora, essas mulheres podem ter compreendido que, enquanto a leitura possibilita compreender o mundo ao redor, a escrita permite ir além, oferecendo uma forma mais profunda de interpretar e transformar a própria experiência.

Nessa perspectiva, o ato de escrever torna-se uma forma de resistência e desafio às estruturas dominantes, funcionando como um gesto de insubmissão. Evaristo (2020), no centro dessa concepção encontra-se a figura simbólica da Mãe Preta, mulher escravizada que habitava a casa-grande e cuja existência foi marcada pela dor, pela resistência e pela função afetiva e social que desempenhou. A representação de personagens negros na literatura brasileira e ocidental tem sido historicamente atravessada por estereótipos que reduzem a complexidade da experiência humana negra.

Diversas narrativas insistem em moldar essas figuras a partir de um olhar limitador, preso a concepções que os classificam como preguiçosos, infantilizados, desajustados socialmente ou excessivamente sexualizados, negando-lhes a capacidade de sentir e expressar afeto, amor e profundidade emocional. Ao mesmo tempo, as culturas africanas e afro-brasileiras são frequentemente enquadradas em perspectivas erotizantes ou folclorização, o que reforça a marginalização simbólica desses sujeitos.

Tornando-se raro encontrar personagens negros construídos com plena dignidade, complexidade e agência elementos essenciais para a representação da potência humana. Compreender as raízes ancestrais é essencial para perceber como a escrita se torna um instrumento de ruptura com os discursos dominantes e de afirmação da subjetividade negra, assim a relevância desse gesto de escrita enquanto prática de ruptura.

A maioria das personagens que construo se apresenta a partir de espaços de exclusão por vários motivos. Pessoas que experimentam condições de exclusão tendem a se identificar e a se comover com essas personagens. Um sujeito gay se vê nesse texto porque, também ele, vive essa experiência de exclusão. Um sujeito pobre tem a mesma

identificação com uma personagem que vive a condição de pobreza. Uma mulher que se complicita com as outras se sensibiliza ao ler o conto “Maria” ou Insubmissas lágrimas de mulheres. Assim como a escritora ou o escritor ao inventar a sua escrita, pode deixar um pouco ou muito de si, consciente ou inconscientemente, creio que a pessoa que lê, acolhe o texto, a partir de suas experiências pessoais, se assemelhando, simpatizando ou não com as personagens (Evaristo, 2020, p.32).

Ao trazer a ancestralidade, o ato de declaração da contista não só recupera essas falas censuradas, mas também propõe uma reinterpretação crítica das narrativas dominantes, desafiando rótulos e desconstruindo preconceitos que estão profundamente enraizados na nossa sociedade contemporânea.

Por se tratar de uma obra de repercussão, que contribui para ampliar o imaginário social, abrindo espaço para novas formas de pensar a identidade, o passado e o futuro. É uma expressão artística que rompe com o silêncio e a invisibilidade, colocando a experiência negra no centro das discussões e valorizando suas contribuições para a construção de uma sociedade mais justa.

Essa manifestação apresenta-se como um gesto social, que faz a fusão entre a vida e arte, sendo um meio poderoso de resistência, reinterpretação e afirmação do pertencimento racial. Por meio da escrita, a criadora constrói territórios de pertencimento e afirmação. É fundamental destacar que, a contemporaneidade traz uma mudança importante nesse contexto, trazendo a escrita, que por muito tempo foi negada as mulheres negras, hoje se transforma em um instrumento de poder e pertencimento, reconhecimento, de justiça, memória, é lembrar que esse registro histórico não é feito apenas por quem escreveu, mas também por aqueles que resistiram, mesmo quando ninguém parecia ouvir. Não é apenas sobre tempos anteriores, é sobre o impacto que essa força e essa presença continuam a ter na vida, inspirando luta, orgulho e pertencimento.

E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também, pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer apujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos (Evaristo, 2020, p.30).

O problema urgente da escrita tem como espaço de liberdade e criação representa uma ruptura significativa com os limites impostos pela sociedade, quando essas mulheres diaspóricas africanas aprendem a escrever, não é só elas que estão aprendendo a mexer com letras e palavras, porque enquanto a fala das ancestrais era regulada para servir aos interesses dos senhores, muitas vezes confinada a funções subalternas, como o cuidado e a domesticação da oralidade para o benefício da casa-grande, a produção escrita contemporânea dessas figuras

femininas, se ergue como uma prática autônoma e emancipatória. Essa prática não apenas resgata esse período anterior e experiências silenciadas, mas também constrói novos sentidos.

A discussão sobre escrita e representação evidencia que determinadas práticas discursivas funcionam como mecanismos de existência, sobretudo quando se trata de pessoas historicamente posicionados à margem dos espaços intelectuais. Nesse contexto, a produção literária torna-se não apenas expressão estética, mas também um recurso político para reivindicar visibilidade e romper com estruturas que restringem vozes e experiências.

É nesse horizonte que se compreende que a escrevivência se institui como uma estratégia de afirmação e presença, atuando diretamente contra processos sociais que buscam restringir determinadas narrativas. Assim, entende-se que é uma forma de viabilizar a presença de mulheres negras nos espaços de produção de conhecimento e contrapor uma tática de silenciamento muito utilizada, que nas palavras de Sueli Carneiro, acontece porque ‘invisibilizar é uma velha e vitoriosa estratégia política sexista e racista’” (Carneiro, 2023, p. 78 apud, Nascimento, 2023, 14).

Nesse cenário, o ato de escrever vai além da mera produção de texto, ele assume um caráter político ao desafiar e denunciar as estruturas de poder que historicamente tentaram calar e invisibilizar esses discursos, ao afirmar que “não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”, (Evaristo, 2020, p.30) a intelectual destaca que essa escrita funciona como uma forma de revolta. Trata-se de uma chamada a consciência, um convite a reflexão crítica sobre as desigualdades sociais, e os legados da escravidão que ainda persistem na sociedade em que vivemos.

Além disso, a relação entre oralidade e grafia, na herança afro-brasileira revela uma dinâmica rica e multifacetada. A tradição narrada não desaparece com a chegada da escrita, muito ao contrário, permanece viva e estabelece um diálogo constante com as novas formas de expressão, essa conexão entre origem e atualidade, sustenta uma produção cultural que é, simultaneamente, essa evocação e invenção.

Dessa maneira, esse patrimônio original é convertido em potência criativa e política, capaz de impactar a compreensão das identidades nacionais e dos arquivos coletivos. Por meio dessa forma de expressão, tudo que foi ocultado, são retomadas e fortalecidas, tornando-se um meio potente de construção, e de revelação das injustiças sofridas ao longo das décadas.

Neste quadro, essa expressão escrita assume uma força que vai muito além de uma simples representação, configurando-se como um instrumento de intensidade e reafirmação, ao construir suas figuras centrais, a escritora mineira, não busca somente reproduzir modelos ou

imagens superficiais, mas humanizá-las em sua dificuldade, com todas as contradições, forças e fragilidades que permeiam a existência.

Construo personagens humanas ali, onde outros discursos literários negam, julgam, culpabilizam ou penalizam. Busco a humanidade do sujeito que pode estar com a arma na mão. Construo personagens que são humanas, pois creio que a humanidade é de pertença de cada sujeito. A potência e a impotência habitam a vida de cada pessoa. Os dramas existenciais nos perseguem e caminham com as personagens que crio. E o que falar da solidão e do desejo do encontro? São personagens que experimentam tais condições, para além da pobreza, da cor da pele, da experiência de ser homem ou mulher ou viver outra condição de gênero fora do que a heteronormatividade espera (Evaristo, 2020, p. 31).

Essa potência está intimamente ligada à capacidade transformadora que ao dar voz e materialidade às experiências ricas, elaborada e múltiplas das personagens, promove uma profunda reconfiguração dos sentidos e das identidades culturais. Em outras palavras, essa força se manifesta na habilidade de desafiar as narrativas hegemônicas, estimulando a empatia e revelando as diversas dimensões do ser, especialmente ao abordar as nuances da condição negra, das questões de gênero e de outras experiências sociais e existenciais.

A criação passa a ser um espaço privilegiado de intensidade e confirmação, onde a humanidade de cada indivíduo, dessa maneira, ressignificou o papel da recriação textual, e que se revela como um instrumento poderoso de transformação capaz de desconstruir preconceitos raciais, estruturais, sociais e ampliar horizontes de compreensão sobre as múltiplas singularidades e registros que compõem esse conjunto de relações.

E em depoimento pessoal revelou a dimensão profundamente terapêutica e vital da escrita e da leitura, especialmente durante a adolescência, um período marcado por desafios e sofrimentos:

Depois chegou a fase da adolescência, e hoje penso que se eu não escrevesse e não lesse intensamente nesse período, talvez tivesse adoecido, e falo adoecer no sentido de procurar outras formas de aguentar, de suportar a realidade. O que me salvou de um adoecimento, como quando minha irmã mais velha adoeceu, foi a escrita e a leitura (Evaristo, 2020, p. 33).

É dentro dessa realidade que se evidencia o impacto transformado da produção textual, que se manifesta não apenas como uma prática expressiva, mas também como uma forma existencial e socialmente engajada. Redigir se revela como instrumento de enfrentamento e perseverança, oferecendo uma forma de lidar com as dificuldades e injustiças, tornando-se uma maneira de cuidado pessoal e reafirmação do eu.

Essa força ultrapassa o campo estético para atuar diretamente na vida das pessoas, possibilitando a ressignificação da dor e a construção de sentidos que ampliam a compreensão da própria existência e da coletividade à qual pertencem. Assim, escrever não é apenas um ato

de criação, mas um gesto de cura e de luta contra as múltiplas formas de opressão. Essa perspectiva nasce quando se transforma uma experiência concreta de jovem moradora de favela em palavras.

Conforme apontada por Fonseca (2018), *escrevivência* não é apenas um neologismo que resulta da junção dos verbos escrever e viver, mas uma verdadeira ferramenta de resgate e reconstrução. Essa reminiscência não se restringe ao âmbito individual, mas se expande para o coletivo, englobando os relatos, as experiências e as resistências das comunidades historicamente apagadas em especial, as comunidades negras, quilombolas e outras populações que sofreram silenciamento ao longo dos processos coloniais e pós-coloniais.

Tornando-se uma prática que tensiona o esquecimento imposto pelo sistema, ao “escrever vivências” o sujeito produtor de escrita traz à tona histórias que, muitas vezes, foram apagadas ou deturpadas pela narrativa dominante, colaborando para uma reconstrução ativa da memória social e cultural.

Essa memória, portanto, é política e um ato de resistência contra o apagamento e a desumanização, é um gesto afirmativo de existência e pertencimento. Conforme Fonseca: “Morfologicamente, decorre da associação entre “escrever” e “viver” e dos sentidos permitidos pela expressão “escrever vivências” ou mesmo de escrever fatos vividos pelo eu que os recupera pela escrita” (Fonseca, 2018. p.59).

Essa relação entre corpo, recordação e linguagem, as marcas deixadas pela violência, pela discriminação e pela opressão atravessam o corpo do sujeito, e essa corporeidade é também inscrita na escrita, fazendo da literatura um território onde o corpo se expressa e se afirma.

Uma dimensão corporal e sensível, que vai além do registro documental para se transformar em experiência estética. No plano estético, promovendo uma reconfiguração das formas literárias tradicionais, incorporando elementos orais, rituais e culturais das comunidades afrodescendentes, valorizando suas linguagens próprias, sua musicalidade e sua oralidade. “O interesse por assumir o termo como um conceito vem se fortalecendo a partir das muitas discussões que ele tem suscitado entre os pesquisadores da literatura afro-brasileira”. (Fonseca, 2018. p. 59.) A discussão sobre seus sentidos ganha maior força a partir do momento em que passou a ser utilizado em artigos, dissertações, teses e, sobretudo, em discussões dos textos de Conceição Evaristo.

Demonstrando que ultrapassa os limites da teoria tradicional, funcionando como uma prática dinâmica que envolve a construção. Ela rompe com definições rígidas e abre espaço para uma leitura da escrita como um processo vivo, em constante transformação, que reflete as nuances das experiências pessoais e coletivas. Tornando uma ferramenta poderosa para dar voz

a grupos historicamente marginalizados, sobretudo mulheres negras, cuja experiência muitas vezes foi silenciada ou distorcida.

Para compreender a importância e a força do termo no campo literário, é fundamental recorrer à análise feita por Fonseca (2018), que destaca a trajetória evolutiva e o impacto transformador desse conceito na escrita da autora desde 1995. Fonseca evidencia que, mais do que um simples elemento estilístico, esse termo se configura como uma potência capaz de questionar e abalar os fundamentos da ordem literária tradicional.

Como se pode perceber, o termo, *escrevivência*, discutido pela própria escritora, desde 1995, que define como uma feição de sua escrita literária, aos poucos se transforma em uma potência significativa capaz de balançar os alicerces de uma ordem literária instituída. O termo, ao longo da discussão encaminhada sobre ele, passa a significar a expressão de uma subjetividade negra feminina que tanto pode valer-se de estratégias discursivas próprias à revelação de um eu negro, quanto anunciar uma voz coletiva que assume as experiências femininas negras. Ao longo de sua discussão, o termo vem sendo retomado com base em ângulos de visão e pontos de vista que remetem à etnia e ao gênero (Fonseca, 2018, p. 65).

Embora tenha surgido inicialmente como uma característica particular da produção literária da autora desde 1995, evoluiu para assumir um significado muito mais profundo e transformador. Com o passar do tempo, passou a ter uma força capaz de questionar e desestabilizar as bases da literatura tradicional, rompendo com padrões previamente estabelecidos.

Esse marco representa, sobretudo, a manifestação de uma subjetividade feminina negra que se revela através de estratégias discursivas específicas, destinadas a evidenciar uma identidade negra singular e autêntica, é possível reconhecer uma inserção profunda entre a escrita a partir do vivido, os processos de memorização e a construção do passado coletivo, sendo uma forma de ouvir a voz dos nossos antecessores e legitimar a nossa fala:

Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, libertam-se na vida de cada um de nós que consegue viver, que consegue se realizar. A sua vida menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se realizar por meio de você. Os gemidos estão sempre presentes. É preciso ter os ouvidos, os olhos e o coração abertos (Evaristo, 2006, p. 103 apud, Nascimento. 2023. p. 18).

Destaca-se ao analisado sob diferentes visões, especialmente nos campos da etnia e do gênero, o que evidencia sua complexidade e relevância para os estudos em geral. Essa abordagem plural permite compreender como a produção está relacionada a essa expressão se

posiciona como uma importante ferramenta, capaz de questionar as narrativas hegemônicas e abrir espaço para novas formas.

A partir das reflexões de distintos estudiosos, percebe-se que o tema analisado vai além de uma simples prática de registro ou criação, constituindo-se como uma expressão potente, que se manifesta na resistência cultural e na afirmação da identidade. Segundo Fonseca (2018) e outras fontes relevantes, essa produção se apresenta como uma força capaz de questionar e desestruturar as narrativas dominantes, favorecendo uma reinterpretação dos significados e das representações sociais antes negligenciadas.

Contudo as múltiplas facetas da existência negra, incluindo suas complexidades, contradições, desejos e sofrimentos. Evaristo (2020) explorando dramas existenciais, que ultrapassam categorias como raça, gênero e classe social. Permitindo ampliar o entendimento sobre a condição humana, ao mesmo tempo que reafirma a singularidade das experiências afro-brasileiras. Portanto, como ressaltam os autores estudados, essa produção literária assume um papel fundamental na transformação social, ampliando horizontes e convidando à reflexão crítica sobre as identidades e histórias nacionais.

A escrita ancorada nas vivências possibilita que estudantes se envolvam de maneira mais consciente em seu próprio processo formativo, ao reconhecer o valor de suas trajetórias e ao promover o fortalecimento da expressão individual e da autonomia de mulheres afrodescendentes. Isso ocorre porque esse modo de escrita abre espaço para identificar e legitimar experiências coletivas, compreendendo elementos como origem, práticas religiosas e vínculos comunitários como fontes legítimas de construção, elaboração e ampliação do saber. Assim, essa perspectiva rompe com a lógica dominante que tenta relegar mulheres de ascendência africana a posições de inferiorização e silenciamento.

O corpo da mulher negra sempre foi estereotipado “como objeto e não como sujeito” (González, 2020, p. 43 apud, 2023, p.19). Assim, esse corpo passou a ser categorizado como inferior por conta das opressões e violências impostas pela misoginia e pelo racismo, que são “permitidos pelo discurso dominante” (Gonzalez, 2020, p. 91 apud, 2023, p.19). No entanto, a escrevivência possibilita um resgate para que estudantes assumam a importância das suas subjetividades na construção do conhecimento, trazendo suas perspectivas e vivências para enriquecer o debate acadêmico. Possibilita-se, portanto, romper com os estigmas e resgatar a humanidade que foi destituída dos corpos negros.

A escrevivência viabiliza o protagonismo acadêmico de pessoas negras ao atestar dignamente a individualidade e as experiências das pessoas que muitas vezes foram desumanizadas. Sobretudo, a escrevivência permite o estímulo de uma reflexão crítica e colabora para a construção de um ambiente acadêmico mais democrático e participativo. Um dos aspectos centrais que denota a importância de adotar a

escrevivência como uma forma filosófica de aprendizado é a necessidade de questionar a ideia de que apenas o conhecimento acadêmico tradicional tem valor (Nascimento, 2023, p.19).

A partir desse momento, observa-se uma crescente produção acadêmica e literária relacionada, não apenas em referência à obra de Conceição Evaristo, mas também à de outras escritoras e escritores que se reconhecem ou são identificados por meio dessa perspectiva.

2.2 MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE COMO RESISTÊNCIA.

A discussão sobre memória e subjetividade como resistência revela como narrativas pessoais, especialmente de grupos historicamente silenciados, tornam-se instrumentos de afirmação e sobrevivência simbólica. Ao registrar experiências, dores, afetos e percepções do mundo, o sujeito reconstrói sua própria existência e confronta estruturas que tentam apagá-lo.

Lembrar e narrar não é apenas um gesto íntimo, mas um ato político, sendo uma forma de reinscrever-se na história, de reposicionar-se enquanto sujeito e de disputar sentidos sobre o passado e o presente. Assim, memória e subjetividade operam como forças que desestabilizam apagamentos, reafirmam identidades e ampliam as possibilidades de representação.

A memória constitui um dos elementos mais complexos da experiência humana, pois ultrapassa o simples ato de relembrar o passado. Ela se apresenta como um processo ativo de construção de sentidos, permitindo ao sujeito reinterpretar sua própria história e situar-se no tempo presente. Ao recuperar fragmentos de vivências, a memória atua como uma forma de resistência frente ao esquecimento e à homogeneização das narrativas históricas.

Nesse contexto, a subjetividade desempenha papel central, uma vez que é por meio dela que o indivíduo atribui significado às lembranças e às experiências vividas. A memória, portanto, não é apenas individual, mas também social e coletiva, refletindo os embates entre o lembrar e o esquecer, entre a permanência e a perda.

A memória, é mais do que um simples depósito de imagens passadas, se revela como uma presença viva que insiste em dialogar com o presente, segundo a teoria do filósofo francês Paul Ricoeur intitulado “A memória, a história e o esquecimento”. Lembrar, nesse sentido, não é apenas revisitar o que foi, mas acolher e ressignificar o vivido, deixando que ele continue a agir em nós. É nesse horizonte que o autor nos convida a pensar que existe a relação entre verbos e substantivos como por exemplo “lembrar e lembrança” lembrar é uma ação, um exercício que envolve busca, esforço e responsabilidade, prontamente a lembrança como prática, como gesto ativo de buscar e de fazer, unindo o sentir e o compreender em um mesmo movimento.

A reflexão sobre essa evocação proposta pelo teórico, ultrapassa a ideia de um simples depósito de recordações, lembrar é uma ação, um exercício que envolve busca, esforço e responsabilidade, a relembração não se limita ao passado, mas se abre para o presente e o futuro, pois o ato de recordar é também um gesto que orienta a vida e as escolhas. “Lembrar-se é não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, ‘fazer’ alguma coisa.” (Ricoeur, 2007, p. 71).

Contudo, esse exercício de recuperação de passado pode ser usado de diferentes formas, e o estudioso alerta que todo uso da memória carrega a possibilidade do abuso, já que entre recordação e esquecimento existe espaço para distorções, podendo ser sim manipulada por interesses ideológicos, transformando-se em história oficial, em comemorações seletivas ou em esquecimentos impostos, e essa vulnerabilidade decorre da própria condição da memória, pois ela nunca recupera o passado em sua totalidade, mas apenas o representa. “O exercício da memória é o seu uso; ora, o uso comporta a possibilidade do abuso. Entre uso e abuso insinua-se o espectro da mimética incorreta” (Ricoeur, 2007, p. 72).

Existe sempre um duplo caminho, de um lado a possibilidade de reviver acontecimentos com clareza, buscando manter a proximidade com aquilo que foi vivido, do outro, a chance de que, ao recuperar essas experiências, interferências emocionais, subjetivas ou até sociais alterem a forma como elas são percebidas.

Entre esses dois caminhos, há um espaço delicado, quase imperceptível, onde podem surgir representações mentais distorcidas, interpretações que não correspondem totalmente aos fatos originais, mas que ganham força na mente como se fossem verdadeiras. Essa zona intermediária mostra que as lembranças não são blocos fixos, mas elementos maleáveis, suscetíveis a reelaborações constantes. Assim, o ato de rememorar revela-se como um fenômeno complexo, envolvendo não só apenas a preservação de fatos, mas também a possibilidade de transformação, revelando como a memória humana é simultaneamente rica, criativa e vulnerável a desvios.

É nesse ponto que a subjetividade assume papel central, para o intelectual, o ser humano é um “sujeito capaz”, alguém que pode agir, prometer, narrar e lembrar. O ato desse elo do passado inscreve-se, portanto, “O ato de fazer memória vem inscrever-se na lista dos poderes, das capacidades, que dependem da categoria ‘eu posso’” (Ricoeur, 2007, p. 71).

Esse entendimento confere a lembrança como uma dimensão ética, pois lembrar não é apenas reproduzir fatos, mas também assumir responsabilidade sobre o que se recorda e sobre como se recorda, dessa forma, lembrar torna-se um gesto de dignidade e resistência, sobretudo quando confronta discursos.

No âmbito coletivo, identifica-se três dimensões da conservação do passado natural, que é o plano patológico-terapêutico, relacionado a memória ferida e aos traumas, o plano prático, vinculado a memória manipulada pelas ideologias, e o plano ético-político, ligado ao dever de memória (Ricoeur, 2007). Em todos esses níveis, a resistência se manifesta, quando se trata da ferida, resistir significa dar voz às marcas do trauma e não permitir que sejam esquecidas.

Nessa evocação manipulada, resistir implica questionar narrativas oficiais e denunciar distorções históricas, já nesse arquivo mental, a resistência consiste em assumir o dever coletivo de recordar acontecimentos que, embora dolorosos, precisam ser lembrados para que não se repitam. A função narrativa, nesse contexto, ocupa um lugar fundamental, o pensador da memória e do tempo, defende que esse vestígio só se realize plenamente por meio do relato, pois é através dela que o sujeito e os grupos dão sentido ao passado e constroem reconhecimento próprio. No entanto, o discurso também pode ser capturado pela ideologia, transformando-se em discurso justificatório do poder.

O pensador francês observa que “até o tirano precisa de um retórico, de um sofismo, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação” (Ricoeur, 2007). Evidenciando que preservar o passado é, ao mesmo tempo, reivindicar o poder de contar histórias, resistir significa iluminar lembranças esquecidas, desafiar versões hegemônicas e construir múltiplos relatos que valorizem a diversidade da experiência humana ao longo do tempo.

Maurice Halbwachs (1925), é o responsável pela fundação do campo de estudos sobre a memória na área das ciências sociais. No livro “Os quadros sociais da memória”, o autor lança as bases para compreender a memória a partir de uma perspectiva sociológica, compreendendo como as lembranças individuais estão ligadas aos contextos sociais e aos grupos dos quais o sujeito faz parte.

Em vez de tratar a memória como algo exclusivamente pessoal, como sustentavam a filosofia, a psicologia e até o senso comum da época, o estudioso defende que ela se forma e se organiza por meio das interações entre pessoas e grupos. Para o sociólogo, a recordação não ocorre de maneira espontânea ou isolada, mas se estrutura a partir de “quadros sociais”, isto é, representações coletivas que orientam a maneira como os indivíduos armazenam e reconstroem o passado.

Pode ser entendida como um conjunto de experiências compartilhadas que, ao mesmo tempo, moldam e são moldadas pelas lembranças individuais, revelando aspectos significativos da trajetória social e do contexto histórico de cada pessoa.

Essa é a base de sua teoria: a memória não pode ser vista nem como um simples mecanismo biológico, nem como uma reação puramente fisiológica. Ao caracterizá-la como fenômeno coletivo, o intelectual segue a tradição sociológica que diferencia a dimensão social das esferas do indivíduo e da natureza, distinção fundamental no início da construção do campo sociológico. “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação” (Halbwachs, 2006, p.29).

Para que as lembranças individuais possam se articular e construir um conjunto compartilhado de recordações, é necessário que exista um certo grau de afinidade entre elas. Isso significa que a memória só se consolida plenamente na relação entre as pessoas, nas trocas que permitem que um recorde aquilo que o outro confirma ou complementa. É por isso que, conforme observa em sua análise, as lembranças mais difíceis de serem evocadas são aquelas experiências vividas sem a presença de ninguém, pois nesse caso não contamos com o apoio de outros para reforçar ou sustentar essas imagens do passado. Por serem experiências que não podem ser compartilhadas, elas acabam se tornando frágeis e tendem a desaparecer com o tempo.

Embora a memória tenha uma base coletiva, é sempre o indivíduo quem realiza o ato de recordar. Halbwachs observa que toda lembrança envolve uma espécie de “intuição sensível”, indicando que há uma marca pessoal na construção das recordações. Ainda assim, mesmo quando lembra sozinho, o sujeito continua funcionando como um canal das memórias do grupo ao qual pertence.

Vossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 2006, p.30 apud Rios, 2013)

Dentro da perspectiva analítica de Halbwachs, afirmar que a memória é coletiva significa reconhecer que ninguém recorda sozinho: só conseguimos lembrar porque fazemos parte de algum grupo. A memória, portanto, é sempre memória de um coletivo.

Assim, um sujeito só consegue formar e acessar lembranças porque pertence a uma comunidade que o sustenta, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Um indivíduo isolado dificilmente conseguiria manter suas lembranças, pois depende do diálogo, das referências e dos testemunhos de outros para dar forma e continuidade ao que recorda. Em outras palavras, mesmo o que chamamos de memória individual nasce e se mantém a partir do contato com o outro.

Lembrar fatos do passado, se constrói a partir de diferentes referências culturais, sociais e históricas que nos conectam a um grupo e ao mundo ao nosso redor. Para Halbwachs (1989), elementos como monumentos, paisagens, datas históricas, tradições, músicas e até hábitos culinários ajudam a estruturar a memória coletiva, reforçando o sentimento de pertencimento e diferenciando um grupo dos demais. Esses elementos funcionam como verdadeiros pontos de referência que tornam a memória coletiva palpável e duradoura.

Aquilo que chamamos de memória individual corresponde apenas a uma pequena porção do vasto conjunto de lembranças que compõem a memória coletiva. As recordações pessoais são recortes particulares de acontecimentos vivenciados pelo grupo, menos amplas que as memórias sociais, embora carregadas de maior intensidade subjetiva. O indivíduo, portanto, não atua de forma isolada: ele apenas expressa e materializa influências provenientes de diversas forças sociais que o ultrapassam. Por isso, a sensação de autonomia e singularidade frequentemente atribuída ao sujeito é, para Halbwachs, uma construção ilusória, já que os comportamentos individuais resultam da combinação específica dessas inúmeras pressões coletivas que se cruzam em cada pessoa.

Mesmo quando tenta elaborar lembranças a partir de experiências estritamente pessoais, o indivíduo depende dos instrumentos fornecidos pelo meio social especialmente a linguagem, as ideias e as representações coletivas para organizar, compreender e comunicar o que viveu. Dessa forma, nenhuma experiência é totalmente solitária, pois estamos sempre imersos em um universo simbólico constituído socialmente, que orienta tanto nossa percepção quanto nossa interpretação do mundo. É por meio dessas referências compartilhadas que cada sujeito consegue atribuir significado às próprias vivências, o que reforça o caráter essencialmente social da memória.

A relação entre presente e passado permite compreender a memória como uma ponte simbólica capaz de condensar e atualizar experiências vividas. No entanto, o próprio tempo, aparentemente natural, é uma construção social necessária para a organização da vida coletiva. O mesmo ocorre com o espaço, que é moldado pelos grupos sociais segundo seus valores, códigos e práticas culturais. Monumentos, edificações e patrimônios arquitetônicos, por exemplo, funcionam como suportes materiais das memórias e identidades coletivas, conferindo continuidade e estabilidade aos grupos.

A padronização do tempo e do espaço possibilita a formação de memórias compartilhadas, que cumprem importante papel na manutenção da coesão social. Ao dividir lembranças e tradições, os membros de um grupo desenvolvem uma “comunidade de sentimentos”, enraizando-se em um passado comum que reforça laços identitários. Essa

articulação entre memória e identidade aproxima o conceito de memória da noção de tradição. A memória permanece viva enquanto os vínculos sociais que a sustentam também permanecem ativos. Quando esses laços se rompem, a lembrança se perde e o próprio grupo que a mantinha deixa de existir.

É nesse ponto que reside a diferença entre memória e história: enquanto a memória é um fenômeno vivo, afetivo e interno aos grupos, a história surge como um registro racional e externo de acontecimentos que já não sobrevivem na lembrança coletiva. Assim, a história só se torna necessária quando a memória-tradição já não é mais capaz de manter vivas determinadas experiências. Para Halbwachs, a memória constitui uma visão interna do grupo sobre si mesmo, enquanto a história representa um repositório documental de fatos que já se desligaram da vida social.

Essa narração de lembranças é um trabalho sobre o tempo, um esforço de reconstrução do passado que dá sentido ao presente (Bosi, 1994). Nesse processo, recordar não significa apenas reviver acontecimentos, mas reinterpretá-los à luz do hoje, revelando dimensões profundas da existência humana, compreender a memória é também reconhecer a força das narrativas pessoais e coletivas que resistem ao esquecimento e reafirmam identidades. Ela se torna, um instrumento de preservação, de continuidade e, sobretudo, de humanidade.

3 A REPRESENTAÇÃO FEMININA NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA

A representação da mulher negra na literatura brasileira tem sido historicamente marcada por estereótipos construídos desde o período colonial. Como observa Duarte (2009), desde Gregório de Matos até autores modernos, consolidou-se um imaginário que associa a mulher afrodescendente à sensualidade e à disponibilidade sexual, reduzindo-a, muitas vezes, a um corpo erotizado e destituído de subjetividade. Essa construção gerou um padrão narrativo persistente, no qual a “mulata” aparece como figura destinada ao prazer, afastada de qualquer traço ligado à sensibilidade, racionalidade ou maternidade. Segundo o autor, trata-se de uma personagem construída como “animal erótico por excelência, desprovida de razão ou sensibilidade mais acuradas” (Duarte, 2009, p. 64).

Tal representação se articula a um pensamento colonial que, ao longo dos séculos, vinculou a mulher negra à luxúria e à promiscuidade. Duarte (2009) destaca que ditos populares como “branca para casar-se, preta para trabalhar e mulata para fornicar” não surgem isolados, mas como parte de uma lógica patriarcal que naturalizou desigualdades raciais e de gênero.

Assim, a literatura brasileira assimilou tais discursos, reforçando-os por meio de figuras como Teresa e Catona, em Gregório de Matos; Vidinha, em Manuel Antônio de Almeida; e Rita Bahiana, em Aluísio Azevedo. Nessas construções, a mulher negra é retratada como corpo disponível, hiper sexualizado e, muitas vezes, marcado pela esterilidade, elemento simbólico que, de forma sutil, nega sua participação na transmissão da afrodescendência.

Autores como Azevedo e Jorge Amado reiteram essa imagem, ao passo que personagens como Rita Bahiana e Gabriela, embora envolvidas em narrativas de erotização intensa, não são inscritas no lugar da mãe. Para Conceição Evaristo (2005 apud Duarte, 2009, p. 71), esse apagamento do materno inscreve a mulher negra “no lugar de um mal não redimido”, uma vez que, na cultura ocidental, o corpo feminino se “salvaria” pela maternidade.

Todavia, a partir do século XIX, vozes afrodescendentes começam a tensionar essa tradição, oferecendo novas perspectivas. Maria Firmina dos Reis é pioneira ao deslocar o foco da sensualidade para o sofrimento e a humanidade da mulher negra escravizada. Em *Úrsula* (1859), a autora introduz personagens como Mãe Suzana, que relata o trauma da ruptura familiar e das violências vividas no tráfico negreiro. A escrava, ao recordar que suplicou “em nome de minha filha” para não ser separada da criança (Reis, 2004 apud Duarte, 2009, p. 72), reinscreve a mulher negra no território da maternidade justamente o lugar negado pela tradição canônica.

No mesmo sentido de ruptura, Luís Gama subverte o imaginário da mulata erotizada ao construir, em sua poesia, uma mulher negra idealizada e dignificada, afastada do registro burlesco e fetichizado. Já Machado de Assis, frequentemente acusado de “embranquecimento”, também questiona a estereotipia racial. No poema “Sabina”, por exemplo, o autor representa a jovem mestiça como sujeito do desejo e da ação, permitindo-lhe a experiência da maternidade e recusando a ideia da mulata infértil (Duarte, 2009). O conto “Pai contra mãe”, por sua vez, revela a violência estrutural da escravidão ao narrar o aprisionamento brutal de Arminda, mulher negra grávida que aborta após ser capturada evidenciando que a esterilidade da mulher negra era, muitas vezes, produto direto da opressão social.

No início do século XX, Lima Barreto intensifica a crítica ao representar a experiência da mulher negra periférica. Em Clara dos Anjos, a protagonista é seduzida e abandonada por um homem branco, desnudando os mecanismos de racialização que determinavam (e ainda determinam) o destino de mulheres consideradas socialmente inferiores. Ao ouvir que não era “da laia” do rapaz (Barreto, 2005 apud Duarte, 2009, p. 73), Clara se confronta com o preconceito racial que sobrevivia à abolição.

A literatura afro-brasileira contemporânea, especialmente a produzida por mulheres, promove um processo ainda mais profundo de desconstrução. Autoras vinculadas aos Cadernos Negros, como Conceição Evaristo, Miriam Alves (1880, 1883, 1870), Esmeralda Ribeiro e Lia Vieira, reescrevem a subjetividade feminina negra a partir de um ponto de vista interno, marcado pela “escrevivência”. Em contos como “Duzu Querença” e “Quantos filhos Natalina teve?”, Evaristo explicita uma realidade em que corpo, maternidade e violência são inseparáveis, mas agora abordados sob o prisma da resistência e da denúncia social. Em uma dessas narrativas, a autora afirma que a protagonista “guardava a semente invasora” do agressor (Evaristo, 1999 apud Duarte, 2009, p. 76), tornando explícita a violência sexual estruturante das experiências de muitas mulheres negras.

Nesse conjunto de obras, a mulher negra deixa de ser mero objeto do desejo masculino para assumir protagonismo, consciência crítica e voz própria. Duarte (2009) observa que essas autoras inscrevem a mulher afrodescendente como sujeito histórico e político, enfatizando seu lugar nas lutas comunitárias e na resistência cotidiana. Assim, a literatura contemporânea de autoria negra rompe com séculos de silenciamento e estereotipação, construindo narrativas que resgatam maternidades interrompidas, sexualidades autônomas e identidades antes reduzidas ao estigma.

3.1 A VOZ E A LUTA

A inserção das mulheres negras na literatura brasileira representa um movimento de confronto à invisibilização histórica produzida tanto pelo racismo quanto pelo patriarcado. Por séculos, esses dois sistemas hierárquicos atuaram de forma combinada para silenciar suas narrativas, o que fez com que a experiência da mulher negra fosse apagada dos registros oficiais e, principalmente, do cânone literário.

Historicamente a cultura patriarcal desenhou um quadro de inferiorização da mulher, destinando-lhe um papel secundário na sociedade, a mulher foi confinada ao “sepulcro do silenciamento”, sem voz nem vontade. A herança da sociedade patriarcal ainda é visível na atual relação entre gêneros que subalterniza a mulher, na feminização da pobreza, na violência doméstica, no feminicídio e na visão do corpo feminino como objeto sexual que existe apenas para satisfazer os desejos do macho ativo. Isto porque a identidade sexual da mulher não é determinada apenas pelo fator biológico, mas é culturalmente pré-estabelecida pelos fatores psicológicos e sociológicos, ou seja, “não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1980).

A sociedade patriarcal criou uma visão que colocava a mulher em posição de inferioridade, limitando sua participação social e reduzindo sua voz e autonomia. Esse processo resultou em séculos de silenciamento, nos quais a mulher era impedida de expressar sua vontade e de ocupar espaços públicos. E os efeitos dessa herança patriarcal ainda são perceptíveis hoje, refletidos em problemas como a desigualdade entre gêneros, a feminização da pobreza, a violência doméstica, o feminicídio e a objetificação do corpo feminino.

A participação feminina na produção intelectual foi durante muito tempo restringida por mecanismos sociais que as impediram de se expressar publicamente. Inseridas em um ambiente literário estruturado por valores misóginos, muitas mulheres optaram por manter seus escritos em ocultamento, já que o discurso dominante afirmava que até a mais exemplar das mulheres permaneceria em posição inferior ao homem mais desqualificado. Nesse contexto marcado pela supremacia masculina, o ideal de feminilidade era construído sobre pilares como submissão, docilidade, autonegação, dedicação absoluta ao outro e cumprimento do papel materno, elementos que limitavam a possibilidade de afirmação de uma subjetividade feminina autônoma (Duarte, 2005).

Esse conjunto de normas e expectativas tornou o espaço da escrita feminina um território de difícil legitimação, exigindo constantes negociações e estratégias de resistência. Por essa razão, a recuperação da trajetória histórica das mulheres depende, em grande medida, da análise de registros pessoais diários, cartas e outros documentos privados que preservam fragmentos de suas experiências e percepções. Tais materiais se revelam fundamentais, uma vez que a

presença feminina foi frequentemente apagada dos arquivos oficiais e das narrativas institucionalizadas. Assim, Maués (2017) são esses vestígios íntimos que permitem reconstruir um passado silenciado e evidenciar a busca contínua das mulheres por reconhecimento e visibilidade nas esferas social, cultural e histórica.

A história evidencia que a participação feminina na produção intelectual foi durante muito tempo restringida por mecanismos sociais que as impediram de se expressar publicamente. Inseridas em um ambiente literário estruturado por valores misóginos, muitas mulheres optaram por manter seus escritos em ocultamento, já que o discurso dominante afirmava que até a mais exemplar das mulheres permaneceria em posição inferior ao homem mais desqualificado. Nesse contexto marcado pela supremacia masculina, o ideal de feminilidade era construído sobre pilares como submissão, docilidade, autonegação, dedicação absoluta ao outro e cumprimento do papel materno, elementos que limitavam a possibilidade de afirmação de uma subjetividade feminina autônoma.

Esse conjunto de normas e expectativas tornou o espaço da escrita feminina um território de difícil legitimação, exigindo constantes negociações e estratégias de resistência. Por essa razão, a recuperação da trajetória histórica das mulheres depende, em grande medida, da análise de registros pessoais diários, cartas e outros documentos privados que preservam fragmentos de suas experiências e percepções.

Tais materiais se revelam fundamentais, uma vez que a presença feminina foi frequentemente apagada dos arquivos oficiais e das narrativas institucionalizadas. Assim, são esses vestígios íntimos que permitem reconstruir um passado silenciado e evidenciar a busca contínua das mulheres por reconhecimento e visibilidade nas esferas social, cultural e histórica.

No caso das mulheres negras, o preconceito é ainda maior, pois são marginalizadas duplamente, pelo gênero e pela etnia. Assim, falar em “literatura negra e feminina” é duplamente reivindicar a existência e o pertencimento étnico, tornando visível o que por muito tempo foi invisibilizado (Maciel, 2017. P. 234).

As mulheres negras enfrentam uma forma de discriminação que atua em duas frentes como mulheres, sofrem os efeitos do machismo; como pessoas negras, vivenciam o racismo. Essa combinação de opressões conhecida como dupla marginalização ou interseccionalidade coloca as mulheres negras em uma posição ainda mais vulnerável dentro da sociedade. Assim, Maciel (2017) nomear essa literatura é uma forma de legitimar suas vozes, histórias, repertórios culturais e perspectivas, que por muito tempo foram ignorados ou desvalorizados pelo cânone tradicional.

3.2 INTERSECCIONALIDADE

A interseccionalidade constitui hoje uma das principais ferramentas teóricas para compreender como diferentes sistemas de opressão se articulam na vida de mulheres negras. O conceito foi formulado por Kimberlé Crenshaw no final da década de 1980, quando a autora percebeu que análises isoladas de gênero ou raça não contemplavam a experiência de mulheres negras nos tribunais e nas políticas públicas. Crenshaw (2002) define a interseccionalidade como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”.

Assim, a autora evidencia que opressões como racismo, sexismo e desigualdade de classe não atuam de maneira separada; elas se entrelaçam e criam vulnerabilidades específicas. Em outro texto fundamental, Crenshaw (1990) mostra que mulheres negras sofrem o racismo de modo diferente dos homens negros e o sexismo de modo diferente das mulheres brancas, revelando que suas necessidades políticas e sociais não podem ser tratadas como extensões automáticas das demandas feministas ou antirracistas.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Orata, Primo, Silva, Fonseca, 2020 apud Crenshaw, 2002, p.177).

No contexto brasileiro, Djamila Ribeiro aprofunda e amplia esse debate ao demonstrar como raça, gênero e classe moldam de maneira indissociável as desigualdades do país. A autora reforça que refletir sobre interseccionalidade exige reconhecer que nenhuma categoria social é suficiente por si só, afirmando que “raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável” (Ribeiro, 2016, p. 101).

Para Ribeiro, a desigualdade brasileira está estruturada sobre bases raciais, o que faz com que mulheres negras ocupem majoritariamente posições de pobreza, precarização do trabalho e invisibilidade social. Ao discutir o lugar de fala, Ribeiro (2016) enfatiza que a história das mulheres negras é marcada pelo silenciamento, e que compreender esse silêncio é parte essencial da análise interseccional.

Nesse sentido, a autora denuncia que o feminismo hegemônico, centrado na experiência da mulher branca, não foi capaz de abarcar as realidades vividas por mulheres negras, repetindo o mesmo processo que Crenshaw identificou nos movimentos estadunidenses.

Lélia Gonzalez, ainda nos anos 1980, já formulava uma crítica de caráter interseccional ao analisar a estrutura do racismo brasileiro e sua ligação com o sexismo e a desigualdade social. Mesmo sem utilizar o termo “interseccionalidade”, Gonzalez antecipa o debate contemporâneo ao demonstrar que a sociedade brasileira se funda na negação do racismo e no ideal de branqueamento.

A autora afirma que “dizer que todos são iguais perante a lei expressa um formalismo que perpetua os valores do ocidente branco como universais” (Gonzalez, 1988, p. 72). Esse formalismo, segundo ela, oculta a violência simbólica e material que atinge sobretudo as mulheres negras, submetidas a uma dupla e até tripla opressão que articula racismo, sexismo e exploração econômica.

Gonzalez também denuncia que tanto o movimento feminista hegemônico quanto o movimento negro reproduziram formas de apagamento: o primeiro por priorizar a mulher branca, o segundo por priorizar o homem negro. Ao propor a categoria político-cultural da amefricanidade, Gonzalez (1988) recoloca as mulheres negras no centro da análise e mostra que suas experiências devem ser entendidas levando-se em conta os efeitos da colonização e da desigualdade racial na América Latina.

As três autoras convergem ao demonstrar que a interseccionalidade não é apenas uma teoria abstrata, mas uma ferramenta analítica e política indispensável. Crenshaw fornece a base conceitual ao mostrar como raça, gênero e classe se cruzam nas dimensões estrutural, política e representacional; Ribeiro atualiza essa discussão no Brasil ao evidenciar que as desigualdades brasileiras são marcadamente racialidades.

Gonzalez oferece um diagnóstico pioneiro do racismo estrutural e da opressão de gênero no país, denunciando o mito da democracia racial e a permanência de estruturas coloniais. Assim, compreender a interseccionalidade implica reconhecer que a mulher negra ocupa um lugar social construído historicamente a partir da convergência de múltiplas opressões, e que políticas públicas, práticas sociais e produções acadêmicas precisam considerar essa complexidade para não reproduzir silenciamentos

3.3 O NEGRO NA LITERATURA

A presença do negro no discurso literário evidencia dois modos predominantes de abordagem “ora o negro aparece como objeto, visto de fora e filtrado por um olhar distanciado; ora surge como sujeito, assumindo voz e perspectiva próprias” (Filho,2004). Dessa diferenciação resultam, portanto, duas vertentes: a literatura sobre o negro e a literatura produzida por escritores negros.

O enquadramento distanciado manifesta-se em textos que utilizam personagens negros ou aspectos ligados à experiência afro-brasileira apenas como tema, mas sob a ótica dominante da época. Esse tipo de tratamento, como ressalta o autor, geralmente reproduz estereótipos e ideologias vinculadas à estética branca hegemônica. Embora essa representação se torne mais evidente no século XIX, ela já estava presente no século XVII, especialmente nas obras satíricas de Gregório de Matos.

No poema “Juízo anatômico dos achaques que padecia o corpo da República em todos os seus membros e inteira definição do que em todos os tempos é a Bahia”, Gregório de Matos (1990) oferece um exemplo expressivo dessa visão inicial. Dentre os versos citados por Proença Filho (2004), destacam-se:

Que falta nesta cidade?... Verdade.
Que mais por sua desonra?... Honra.
Falta mais que se lhe ponha?... Vergonha.
O demo a viver se exponha,
Por mais que a fama a exalta
Numa cidade onde falta
Verdade, honra, vergonha.

Quem a pôs neste rocrócio?... Negócio.
Quem causa tal perdição?... Ambição.
E a maior desta loucura?... Usura.
Notável desventura
De um povo néscio e sandeu
Que não sabe que o perdeu
Negócio, ambição, usura.

Quem são seus doces objetos?... Pretos.
Tem outros bens mais maciços?... Mestiços.
Quais destes lhe são mais gratos?... Mulatos.
Dou ao demo os insensatos,
Dou ao demo a gente asnal,
Que estima por cabedal
Pretos, mestiços, mulatos
(Matos ,1990 apud Filho, 2004, p. 161)

Esses versos evidenciam como o negro, o mestiço e o mulato eram frequentemente representados de maneira satírica e subordinada, servindo como objetos de crítica moral e social dentro da lógica hierárquica da época.

O romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, marca uma ruptura no modo como a população negra era retratada até então. Diferentemente da visão objetificada e carregada de estereótipos que predominava na literatura da época, Firmina apresenta personagens escravizados dotados de voz, sensibilidade e memória, evidenciando a violência do regime escravista a partir de uma perspectiva ética e humanizadora. Essa mudança de enfoque constitui um marco fundamental para o que mais tarde seria reconhecido como literatura afro-brasileira, pois desloca o negro da condição de objeto para a condição de sujeito ativo no processo narrativo.

Autoras como Carolina Maria de Jesus, Geni Guimarães, Conceição Evaristo, Sônia Fátima da Conceição, Lia Vieira, Miriam Alves, Ana Maria Gonçalves e Marilene Felinto constituem um legado que resgata memórias, vivências e percepções das mulheres negras brasileiras.

Suas narrativas iluminam aspectos da vida cotidiana tanto rural quanto urbana que foram sistematicamente ocultados pelos mecanismos de poder. Ao escreverem, essas autoras rompem com padrões impostos pela lógica dominante, que historicamente tentou invisibilizar tanto a população negra quanto as mulheres.

Neste estudo, o conceito de literatura negra é compreendido como uma forma de enfrentamento ao silenciamento, um gesto que desafia a estrutura patriarcal e racista que sustenta a organização social brasileira. Trata-se de uma produção textual que reivindica existência, visibilidade e a pluralidade de vozes. Do ponto de vista literário, atua como resistência à hegemonia narrativa que sempre legitimou o ponto de vista do sujeito dominante.

O surgimento dessa escrita está vinculado à memória ancestral que atravessa séculos de apagamento. Ela emerge como força coletiva capaz de reconstruir a história a partir de quem viveu as violências da escravidão e suas permanências. Ao mobilizar essa memória, as escritoras negras fazem ressoar a voz de um povo historicamente silenciado e retiram da escuridão aquilo que foi ocultado pelo poder. Como explica Conceição Evaristo, ao “tecer as palavras”, as mãos negras libertam outras versões da história e contribuem para a construção de uma sociedade mais plural e solidária. Além disso, muitas dessas obras realizam um diálogo crítico com questões caras ao feminismo, como sexualidade, corpo, violência e exclusão social, o que se articula com a trajetória intelectual e política dessas autoras, frequentemente envolvidas em movimentos sociais.

A literatura, enquanto linguagem, configura um espaço discursivo permeado por valores sociais, culturais, políticos e ideológicos. A legitimação do que é considerado literário depende de instituições e práticas interpretativas, como ressaltam estudiosos da crítica e da historiografia. Dominique Maingueneau (2006) lembra que a literatura é também uma prática social, atravessada por instituições e por um regime próprio de enunciação.

Nesse sentido, o texto literário não apenas dialoga com tradições estéticas, mas também com discursos sociais mais amplos, refletindo tensões, hierarquias e forças simbólicas que estruturam a sociedade. Pierre Bourdieu (1998) observa que os sistemas simbólicos reproduzem, em novas configurações, desigualdades e relações de dominação.

Os resultados da pesquisa de Dalcastagnè (2008) evidenciam esse processo. Ao analisar 258 romances publicados pelas maiores editoras do país, a autora constatou que a presença de escritores negros é mínima (2,4%), e que as personagens negras, quando aparecem, são frequentemente representadas por estereótipos como criminosos, empregados domésticos, escravos ou profissionais do sexo. Essa ausência reflete a própria função da literatura como espaço de produção e manutenção de representações sociais, que muitas vezes omite as desigualdades vividas pela população negra.

A crítica ao apagamento da produção afro-brasileira também é abordada por Álvaro Hattner (2009), ao notar que autores negros foram tratados de maneira superficial pela crítica literária tradicional. Ele destaca a importância de obras como as de Roger Bastide (1943) e Raymond Sayers (1959), embora estas tratem o negro como tema e não como produtor de literatura. Somente a partir das décadas finais do século XX surgem estudos que atribuem centralidade à autoria negra, como os trabalhos de David Brookshaw (1983) e Zilá Bernd (1987), além de publicações fundamentais como *Poesia negra no Modernismo brasileiro* (Benedita Gouveia Damasceno) e *Introdução à literatura negra* (Zilá Bernd).

Hattner (2009) destaca, ainda, que o atraso em reconhecer a literatura afro-brasileira revela mecanismos de exclusão que atingem tanto a produção artística quanto o discurso crítico. O debate sobre as denominações “literatura negra brasileira” ou “literatura afro-brasileira” também emerge como uma discussão política, já que assumir o termo “negro” torna-se um gesto de autoafirmação e de reivindicação do lugar de fala.

A literatura negra, nesse contexto, constitui uma contranarrativa comprometida com a reescrita da história a partir de quem foi subalternizado especialmente no caso da escrita de mulheres negras. Heloisa Gomes (2004) argumenta que o texto dessas autoras cria pontes entre passado e presente, transmitindo saberes e experiências através das gerações. A palavra funciona como instrumento estético, político e de autoconhecimento.

Para Gayatri Spivak (2010), a voz é o principal instrumento de emancipação do sujeito subalterno, mas a estrutura de poder mantém essa voz silenciada, mesmo quando o subalterno tenta falar. Por isso, a escrita assume o caráter de resistência. Gloria Anzaldúa (2000) aponta que a escrita das mulheres negras é atravessada por marcadores como gênero, classe e etnia, tornando visíveis experiências sistematicamente abafadas. Escrever, para essas mulheres, é um ato insurgente que enfrenta os obstáculos impostos por uma sociedade patriarcal e branca, que exige o apagamento das marcas de raça, gênero e classe para validar uma produção como literária.

Essa escrita rompe estereótipos como o da mulher negra reduzida ao trabalho, à sexualização ou à suposta inferioridade intelectual. Ela transforma anos de violência e silenciamento em narrativa, recuperando a humanidade negada a esse grupo.

Como propõe Paulo Freire (2005), recontar a história pelos olhos dos oprimidos é condição para criar horizontes de existência. Anzaldúa observa ainda que a introjeção de valores racistas contribui para a construção de identidades marcadas pela baixa autoestima e por processos que comprometem o desenvolvimento social e intelectual. Isso se reflete em representações sociais persistentes, como a ideia de que “negro bom é negro calado”, destinado a ocupações de baixo prestígio e a viver em espaços segregados, como favelas que funcionam como barreiras sociais.

A escrita de mulheres negras funciona como instrumento de reivindicação e reconquista, tanto de sua voz quanto de sua humanidade. Ao transformar silêncio em palavra, essas autoras questionam estruturas opressoras e reconfiguram o lugar do sujeito negro na história e na literatura.

4 VOZES QUE SANGRAM, RESISTEM E NARRAM: ESCRIVIVÊNCIA DE MULHERES EM OLHOS D'ÁGUA.

A obra *Olhos d'Água*, de Conceição Evaristo, evidencia que os corpos femininos apresentados carregam marcas que ultrapassam a dimensão individual. São corpos atravessados por perdas, dores e silêncios, mas também por força, coragem e permanência. Experiências que deixam marcas profundas, não apenas físicas, mas emocionais e sociais, revelando trajetórias constantemente desafiadas pela desigualdade e pela falta de oportunidades. Entre esses corpos, o conto “Maria” se destaca como uma representação contundente dessa realidade, pois a personagem encarna, de forma intensa, a somatória de dores, resistências e apagamentos que compõem o universo feminino negro retratado por Evaristo.

Ao longo da obra, é possível perceber que essas mulheres narram não só por meio da fala, mas também através de gestos, memórias e da forma como enfrentam a vida cotidiana. No caso do conto “Maria”, essa narrativa silenciosa se torna ainda mais evidente: Maria fala pouco, quase nada, mas seu corpo fala por ela. A forma como ela caminha, como se apoia, como tenta manter o controle mesmo sangrando dentro do ônibus, transforma seu corpo em testemunha do que viveu e, ao mesmo tempo, em instrumento de denúncia e sobrevivência. Assim como as demais personagens de *Olhos d'Água*, Maria expõe, em cada gesto e em cada silêncio, o peso das responsabilidades, o impacto das perdas e a luta constante para manter a dignidade diante das adversidades.

Essas narrativas deixam claro que, mesmo quando o mundo tenta impor o silêncio, essas mulheres continuam encontrando meios de expressar suas vivências. No conto “Maria”, isso se revela de maneira simbólica e profundamente humana: Maria narra sua história sem palavras, através da dor que insiste, do sangue que denuncia, da resistência que se mantém mesmo quando o corpo falha. Ela narra porque precisa manter viva a própria memória, porque seu corpo carrega aquilo que o mundo se nega a ouvir. Cada lembrança, cada movimento e cada pequena tentativa de continuar revela que sua existência não se limita às dores que carrega, mas também às possibilidades de resistência que constrói, mesmo em meio às dificuldades extremas.

Dessa forma, *Olhos d'Água* apresenta histórias que mostram mulheres que sangram, mas que não se deixam paralisar por suas feridas. Maria, especialmente, encarna essa condição: mesmo ferida, mesmo fragilizada, ela insiste em permanecer, em tentar chegar ao destino, em proteger a si mesma e à memória de seus filhos, em buscar formas de continuar apesar da dor. Ao narrar sua trajetória, Evaristo evidencia que, mesmo diante do sofrimento, há força, dignidade e humanidade nesses corpos que tantas vezes foram ignorados ou invisibilizados socialmente.

Assim, compreender esses corpos que sangram, insistem e narram é reconhecer que, por trás de cada mulher retratada, existe uma história complexa, marcada por resistência e sobrevivência. No conto “Maria”, essa complexidade ganha forma em um corpo que fala sem palavras, que denuncia sem gritar e que insiste em existir mesmo quando o mundo se recusa a enxergá-lo. A obra reforça, portanto, a importância dessas narrativas e destaca como esses corpos, mesmo feridos, seguem afirmando sua presença e sua voz.

4.1 O CORPO FEMININO NEGRO COMO TERRITÓRIO DE DOR E RESISTENCIA

O corpo da mulher negra constitui, historicamente, um campo simbólico e material marcado por violências, apropriações e apagamentos. Nas narrativas de Conceição Evaristo, especialmente no conto “Maria”, esse corpo ganha centralidade não apenas como o lugar onde a violência se inscreve, mas como o espaço a partir do qual emergem forças de resistência, sobrevivência e elaboração subjetiva.

A autora aproxima a ficção das experiências concretas de milhares de mulheres negras brasileiras, desmontando o silenciamento histórico que as restringiu a papéis, mulher negra, trabalhadora e mãe, é construída como um corpo que sofre violências simultâneas, racial, de gênero, simbólica e física. “Ouvindo uma voz: Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois” (Evaristo, 2016, p. 41).

Esse insulto racial marca o modo como Maria não é reconhecido como sujeito, mas como corpo marcializado sobre o qual recai a suspeita automática, a lógica racista opera antes da razão: Maria é culpada não por ações, mas por existir como mulher negra. Essa construção literária evidencia o conceito de corpo-território, no qual o corpo da mulher negra é espaço onde a sociedade inscreve seus estigmas.

Quando crianças, habituamo-nos a absorver as características de nossa cultura tão inconsciente como aquela pela qual aprendemos o idioma que falamos. De fato, o comportamento social liga-se a uma pauta que está para a consciência do agente de maneira tão sutil e disfarçada como as regras da língua estão para o falante. Da mesma forma, os contrastes e oposições que se responsabilizam pela constituição de sentido das coisas e do mundo estão muitas vezes implícitos e dissimulados numa região de difícil acesso para a consciência dos indivíduos” (Silva, 2014 apud Rodrigues, 2006, p.42)

Dessa forma, a cultura e suas ideias são incorporadas aos corpos das pessoas, naturalizando diferenças e produzindo concepções sobre cada uma delas. Surge daí a base da discriminação do eu/outro. Se analisarmos a construção das diferenças a partir das

características físicas dos elementos do mundo, perceberemos que o corpo do Outro também passa a ser avaliado por esse prisma. Em nossa sociedade, onde ainda há discriminação e opressão decorrentes da cor da pele ou da posição social, percebemos que na cultura o corpo do Outro é interpretado principalmente por suas características físicas e por sua condição social.

Em *Olhos D'Água*, o corpo feminino negro aparece como território violado pela fome, pela maternidade atravessada pelo sofrimento, pela violência simbólica da pobreza e pelo racismo estrutural que limita a própria possibilidade de existir. A personagem vivencia a dor em sua forma mais brutal: a fome que corrói o corpo e a morte dos filhos que atravessa sua existência. Sob essa perspectiva, o corpo funciona como documento histórico nele estão inscritas as marcas de classe, raça e gênero que compõem a opressão interseccional vivida pela personagem.

A dor experimentada por Maria não é apenas individual: ela é herança de um processo social que atinge sucessivas gerações de mulheres negras, reproduzindo desigualdades. Entretanto, esse mesmo corpo, enfraquecido pela privação e pelo sofrimento, revela também a potência da resistência. Mesmo marcada por perdas irreparáveis, Maria segue existindo, caminhando, sobrevivendo ao luto extremo que a narrativa apresenta. Sua resistência não se dá heroicamente, mas na persistência silenciosa de continuar vivendo em meio à ausência de tudo.

A poeta inscreve no corpo da personagem uma dimensão política: ao expor a violência, ela denuncia a estrutura social que a produz; ao mostrar a resistência, ela afirma a humanidade dessas mulheres. O corpo feminino negro transforma-se, portanto, em território de enfrentamento nele se cruzam a dor legada e a força que move a continuidade da vida.

4.2 A MEMÓRIA COMO FIO CONDUTOR DAS NARRATIVAS

Nas obras de Conceição Evaristo, a memória ocupa um lugar central, funcionando como mecanismo de organização narrativa, gesto político e estratégia de cura. A memória em *Olhos D'Água* não é apenas lembrança individual; ela se articula à ancestralidade, à oralidade e ao cotidiano, configurando uma rede de sentidos que conecta passado e presente, vida e morte, corpo e território.

A autora mobiliza o conceito de “escrevivência”, termo que ela mesma fórmula, para designar a escrita que nasce das experiências de seu povo, da memória coletiva e das dores compartilhadas pelas mulheres negras. “Lincha!! Lincha!! Lincha!! Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos” (Evaristo, 2016, p. 42).

O corpo é transformado em alvo público. O verbo “punha sangue” indica um corpo que extravasa dor, mas também resistência, pois a personagem tenta se manter consciente para lembrar do filho, sua motivação vital. A multidão, tomada pelo ódio racial, converte Maria em inimiga social. Esse linchamento simboliza o que Evaristo chama em outras obras de *escrevivência*: narrar a vida das mulheres negras é expor feridas abertas pela história do Brasil.

Para que nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre umas e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. (Rios, 2013 apud Halbwachs, 2006, p.39).

A memória aparece como força que não apenas organiza nossas experiências individuais, mas também nos insere em um tecido coletivo de significações. Segundo Halbwachs (2006), lembrar nunca é um ato isolado, nossas memórias se constituem e ganham sentido dentro dos grupos aos quais pertencemos. Por isso, para que a memória individual se aproveite da memória dos outros, não basta que alguém apresente seu testemunho, é necessário que existam pontos de contato entre as lembranças, permitindo que o indivíduo reconheça na narrativa alheia elementos que dialogam com sua própria história. A lembrança compartilhada só pode ser reconstruída quando há uma base comum sobre a qual diferentes memórias se encontram.

Desta forma, a memória aparece como força estruturante, é pela lembrança dos filhos perdidos, dos caminhos percorridos e dos acontecimentos traumáticos que a narrativa se desenvolve. A memória organiza não somente o passado da personagem, mas a significação de sua existência no presente. Cada lembrança é um movimento de retorno e, ao mesmo tempo, de reconstrução Maria rememora para sobreviver, para não perder de vista sua própria identidade diante da devastação emocional.

A ancestralidade também desempenha papel essencial. Conceição Evaristo recupera rituais, gestos, saberes e percepções transmitidas pelas mulheres mais velhas, reafirmando uma herança que, apesar da pobreza e do esquecimento social, resiste nos corpos e nas histórias. As mulheres que antecederam Maria mães, avós, vizinhas, outras mulheres negras de sua comunidade aparecem como base simbólica para sua caminhada. O passado é, assim, uma presença constante, não como nostalgia, mas como alicerce.

Além disso, a oralidade marca o modo como Evaristo constrói suas narrativas. O ritmo, as repetições, as imagens evocadas e o modo como a dor é expressa remetem a uma tradição de

transmissão oral, que valoriza a voz das mulheres negras como fonte de saber. A memória, nesse caso, não é apenas conteúdo é método, é forma, é resistência.

O entrelaçamento entre passado e presente mostra que a violência estrutural não se rompeu: ela se perpetua. Contudo, é pela memória que as personagens encontram caminhos para significar as perdas e reconstruir a própria subjetividade. A memória, portanto, funciona como um arquipélago de sobrevivência dentro da narrativa.

4.3 A ESCRITA DO ÍNTIMO E DA COLETIVIDADE

A escrita de Conceição Evaristo articula o íntimo e o coletivo de maneira inseparável. Suas personagens, mesmo vivendo experiências individuais, carregam dentro de si todo um povo, uma comunidade, uma história que as antecede. No conto “Maria”, a dor íntima a fome, a perda, a exaustão são também a dor coletiva das mulheres negras pobres, cujas vidas são constantemente atravessadas por violências estruturais.

“Maria tinha saudades de seu ex-homem. Por que estavam fazendo isto com ela? O homem havia sussurrado um abraço, um beijo, um carinho no filho.” (Evaristo, 2016. p.42). A memória não é apenas lembrança, é estratégia de sobrevivência, pensa no filho para tentar se manter acordada é a memória afetiva que ancora sua existência em meio ao caos. A lembrança do ex-marido e do filho funciona como contraponto, enquanto a sociedade a violenta, a memória oferece um espaço íntimo de humanidade.

Mesmo silenciadas socialmente, as personagens encontram na palavra um espaço de existência. Evaristo escreve para que mulheres possam falar, mesmo quando, na realidade social, não têm voz não são ouvidas. A escrita rompe o ciclo de silenciamento: ao narrar a vida dessas mulheres, a autora devolve-lhes o direito à palavra, ao testemunho e à história.

A narrativa funciona como um gesto de escuta. Evaristo não fala por suas personagens: ela escreve a partir delas. Essa estratégia faz com que a experiência íntima se converta em expressão coletiva as dores de Maria são as de muitas outras mulheres; sua luta, igualmente. A escrita, assim, torna-se instrumento de empatia e de elaboração do trauma, pois ela não apenas registra, mas transforma. A superação da marginalidade se dá, portanto, pelo ato de narrar e pelo ato de ser escutada, possibilitando o encontro entre a experiência marginalizada e o olhar do leitor, produzindo humanidade onde antes havia silenciamento. Ao transformar a vida dessas mulheres em narrativa, Evaristo estabelece um território de reconhecimento mútuo: quem lê é convocado a partilhar a dor, mas também a resistir junto.

A escrita do íntimo os sentimentos, as feridas, as memórias fundem-se à escrita da coletividade os processos históricos, o racismo estrutural, as desigualdades sociais. É nessa fusão que nasce o poder político das narrativas de Conceição Evaristo. Escrever, para ela, não é apenas relatar, é gritar, denunciar, simbolizar a sobrevivência. “Ela não conhecia assaltante algum. Conhecia o pai de seu primeiro filho.” (Evaristo, 2016, p.41).

Nesse contraste forte e doloroso, Evaristo mostra como a multidão reduz Maria à imagem estigmatizada, enquanto sua vida real mãe, trabalhadora, mulher amorosa é invisibilidade denunciando a herança racista que criminaliza corpos negros, mais forte do que qualquer evidência factual.

“Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado.” (Evaristo, 201, p. 42) uma cena de violência extrema. O corpo negro é coletivamente destruído metáfora da destruição cotidiana provocada pelo racismo estrutural. A morte de Maria não é apenas individual, simboliza a morte social da mulher negra, sempre colocada no último lugar da pirâmide social.

“Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho.” (Evaristo, 2016, p. 42) representa não apenas uma personagem, mas uma memória coletiva de mulheres negras brasileiras, cujas histórias marcam a literatura com sangue, dor, mas também força, maternidade e ancestralidade. A obra revela como o passado escravocrata se reinscreve no presente, transformando ônibus, ruas e espaços urbanos em palcos de violência racial, de uma violência emocional profunda. O racismo interrompe até mesmo o direito ao afeto, à comunicação, à continuidade da vida familiar. Maria morre carregando uma mensagem simples e amorosa mensagem que jamais chegará ao filho.

PALAVRAS FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho evidenciou que a literatura produzida por mulheres negras, especialmente a partir da escrivência de Conceição Evaristo, representa um dos movimentos mais significativos de resistência simbólica no cenário literário contemporâneo brasileiro. Ao investigar o conto “Maria”, inserido na obra *Olhos D’Água*, foi possível compreender como memória, corpo, ancestralidade e voz se articulam para reinscrever a mulher negra como sujeito de sua própria história e não mais como objeto das narrativas hegemônicas.

As reflexões de Maurice Halbwachs (2006) permitiram reconhecer que a memória é sempre coletiva e só se realiza plenamente na relação entre o indivíduo e o grupo. Assim, “Maria” não representa apenas a história de uma mulher específica, mas ecoa memórias compartilhadas por gerações de mulheres negras que enfrentaram abandono, violência, exploração do corpo e apagamentos sociais. Esse caráter de memória coletiva se aprofunda quando articulado ao pensamento de Paul Ricoeur (2007), para quem lembrar é um gesto ético e político, um modo de resistir ao esquecimento imposto pela história oficial e pelas narrativas dominantes. Ao transformar dor em palavra, Evaristo realiza exatamente esse gesto: recorda para impedir que determinadas vidas sejam silenciadas.

Nesse sentido, a escrivência emerge como força estruturante. Conforme a própria Evaristo (2007, 2017, 2020), escrever a partir das vivências é um ato de insubordinação e de reconfiguração simbólica, pois rompe com o “sono injusto da casa-grande” e desloca o olhar sobre a mulher negra da passividade para a agência. A escrita não apenas representa, mas repara; não apenas narra, mas denuncia; não apenas recorda, mas cria condições de existência. A escrivência, portanto, transforma experiências individuais em memória coletiva, deslocando a mulher negra do lugar da invisibilidade para o centro da narrativa.

A interseccionalidade contribuiu para ampliar essa compreensão. Kimberlé Crenshaw (1990, 2002) demonstra que raça, gênero e classe não se somam, mas se entrecruzam, produzindo vulnerabilidades específicas. Essa perspectiva, aprofundada por Lélia Gonzalez (1988) e Djamila Ribeiro (2016), foi essencial para compreender “Maria” como resultado de um enredamento histórico em que racismo, sexismo e desigualdade social moldam corpos e destinos. Assim, a protagonista não é apenas vítima de abandono, mas de uma estrutura que organiza a vida de mulheres negras no Brasil. Reconhecer essa articulação é indispensável para compreender a dimensão política da literatura de autoria negra.

Do mesmo modo, as discussões sobre a representação do negro na literatura especialmente a partir de Duarte (2009) evidenciam a urgência de romper com estereótipos seculares que marcaram a mulher negra como objeto, hiperssexualizada ou desumanizada. Se,

historicamente, a literatura brasileira perpetuou imagens estigmatizadas do corpo negro feminino, obras como *Olhos D'Água* reconstróem essa representação, atribuindo profundidade, humanidade, consciência e complexidade às personagens. Maria não é caricatura: é presença, é denúncia, é memória viva de um Brasil atravessado pelo racismo estrutural.

A análise do conto permitiu verificar que corpo e memória são territórios inseparáveis. O corpo de Maria, marcado pela fome, pelo abandono e pela violência, inscreve uma história coletiva de expropriação, mas também de força e permanência. Como afirma Evaristo (2017), os corpos negros carregam “gritos e ringidos dos porões”, mas também carregam a potência ancestral de quem nunca deixou de resistir.

Dessa forma, este trabalho reafirma que a literatura afro-brasileira contemporânea especialmente a produzida por mulheres não se limita a retratar a realidade, mas reposiciona sujeitos, contesta narrativas e cria outras possibilidades de existência. A partir de Evaristo, escrever é reaver a voz que foi arrancada; é transformar dor em discurso; é costurar, com fios de memória, novas formas de ser e de se ver no mundo.

Conclui-se, portanto, que estudar “Maria” é estudar a resistência. É reconhecer que, na escrivência, memória e corpo se tornam instrumentos de afirmação da vida. E, sobretudo, é compreender que nenhuma narrativa sobre o Brasil estará completa enquanto as experiências de mulheres negras não forem reconhecidas como parte central de nossa história.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **PSICOLOGIA USP**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 277-284, 1993.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

RENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, p. 1241, 1990

CORDEIRO, Veridiana Domingos. **Por uma sociologia da memória**: análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

DOURAD, Maria Francysnalda Oliveira. Memória e esquecimento em Paul Ricoeur: a ideologia política camuflada na anistia. **CADERNOS DO PET FILOSOFIA**, Teresina, v. 8, n. 16, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpi.br/index.php/pet/issue/view/136>. Acesso em: 29 nov. 2025.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência**: a escrita de nós - Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 9, n. 16, p. 11-25, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Escrevivência e as literaturas de Conceição Evaristo. In: LIMA, Cláudia Pazos Alonso. (Org.). **LITERATURA E CULTURA: APROXIMAÇÕES**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018. p. 58-75.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **REVISTA TEMPO E PRESENÇA**. São Paulo: CEDI, ano 10, n. 52, p. 45-50, set./out. 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HATTNER, Alvaro Luiz. **Literatura brasileira e literatura negra**: ensaios e notas de rodapé. São Carlos: EDUFSCar, 2016.

MACIEL, Maria Cristina. Literatura: a voz da escritora negra. **PAPÉIS**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 42, p. 154-169, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufms.br/index.php/papeis/article/view/3566>. Acesso em: 29 nov. 2025.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2006.

MAUÉS, Ana Regina Lima et al. Literatura e memória: a poética do arquivo e do fragmentário em Conceição Evaristo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 1., 2017, Canoas. **ANAIS** [...]. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 106-107.

NASCIMENTO, Carla de Brito. **A escrevivência como um conceito filosófico**: uma forma de potencializar o protagonismo acadêmico de mulheres negras. 2023. 56 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

OHATA, Rafaela Campos et al. Contribuições latinoamericanas ao debate sobre o conceito de Interseccionalidade. **REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 180-208, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/REH/article/view/8051>. Acesso em: 29 nov. 2025.

PROENÇA FILHO, Domicio. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 161-169, 2004.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446, jan. 1995.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SANTOS, Myrna Regina. **O corpo enquanto dispositivo de escrita em ‘Olhos d’Água’, de Conceição Evaristo**. 2020. 152 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SILVA, Joyce Gonçalves da. Corporeidade e identidade: o corpo negro como espaço de significação. In: CONGRESSO NACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIEDADE E INTERDISCIPLINARIDADE, 3., 2014, Salvador. **Anais [do] 3º CONINTER**. Salvador, BA: [s.n.], 2014. p. 263-275. Disponível em: [Insira a URL completa do Cloudfront]. Acesso em: 3 dez. 2025.

ÚRSULA (ROMANCE). In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%9Arsula_\(romance\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%9Arsula_(romance)). Acesso em: 3 dez. 2025.